

André Luís Gemal

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2015

Aos Leitores,

No número anterior (vol 3:2), foi publicado o editorial “Plágio e publicação científica”.

Como professor, pesquisador e cidadão, quero em meu nome usar a seção “Cartas” da revista para acrescentar comentários ao editorial passado. Opiniões absolutamente próprias, sem o aval dos demais editores, e da instituição que abriga a revista VISA em Debate.

Nunca se pronunciou tanto a palavra ética no país, usualmente no sentido de sua ausência. Nesse cenário, onde sobram palavras e faltam atitudes, torna-se imprescindível refletir sobre ética no cotidiano de nosso trabalho, seja nas salas de aula ou nos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento.

Em tempos de *acesso aberto e democratização do conhecimento e, principalmente, da informação* temos, sem dúvida, *uma possibilidade de fabulosos avanços na formação* de profissionais em geral, pesquisadores e na formação da cidadania.

No contexto abordado pelo editorial, é urgente ampliarmos o debate e assumirmos mais do que posições. Assumirmos ações concretas no dia a dia.

Assumirmos, todos nós, que somos colocados frente a frente a situações que exigem atitudes imediatas e coerentes com os princípios éticos no campo das ciências, pois somos corresponsáveis no zelo por todos os processos que permeiam desde o aprendizado inicial até as pesquisas chamadas de “ponta”. Da formação básica à qualificação de um projeto ou à publicação de um artigo.

Neste contexto, a cultura do plágio se alarga numa sociedade com informação demais. Torna-se socialmente aceita. Estamos avançando a passos largos para um generalizado ato de copiar e reproduzir a informação. Vivemos um tempo, no país e no mundo, em que alguns alunos copiam relatórios e outras informações disponibilizadas na internet. Alguns alunos de graduação e de pós-graduação reproduzem textos em seus trabalhos de final de disciplina e, mais grave, copiam páginas e páginas de outras teses e monografias para as suas respectivas teses ou monografias. Copiar da internet é “colar” e, assim, devem ter seu trabalho zerado ou monografia cancelada.

Os professores, por outro lado, não tem tido clareza de como agir pois faltam mecanismos institucionais claros sobre a questão. A chamada “cola” foi institucionalizada. A pós-graduação, algumas vezes, pressionada pelos indicadores da Capes e o orientador, algumas vezes, pressionado pelos indicadores de produtividade, acabam cedendo. Ambos recebem perder o aluno. Assim, acaba prevalecendo o famoso “jeitinho” e o trabalho tendo autorização de todos, orientadores, banca e instituição para ser refeito, sem maiores danos ao plagiador. As atitudes passam a ser tomadas caso a caso e, no mais das vezes, não chegam a público. Aparentemente ganham todos, menos a sociedade que fica mais permissiva e, na solidão, o plagiado, que fica impotente frente aos interesses dos demais.

Professor titular, Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

* E-mail: agemal@iq.ufrj.br

Recebido: 19 ago 2015
Aprovado: 20 ago 2015



A questão complica quando o plágio é detectado externamente, em geral, pelo plagiado, seja orientador, ou seja, o aluno doutorando. Alguma medida deveria ser tomada, mas prevalece a questão acima. Orientador e instituição se acomodam, pois os critérios de avaliação de um e de outro são mais importantes. Assim o aluno plagiador, se funcionário da instituição, tem sua licença prorrogada para refazer o trabalho ou, se aluno bolsista, alguma outra forma de ação aparece.

O compromisso da ciência com a ciência correta deveria ser o compromisso de todos os seus trabalhadores. Da formação do aluno à publicação do artigo científico. Não basta as revistas científicas possuírem softwares antiplágio. Todo cuidado é pouco.

Estamos perdendo esta batalha e, a cada dia que passa, a cultura social aceita a cópia como aceitava, em algumas situações, a tradicional “cola”. A questão agora são as dimensões e a publicização do problema. Instituições, jornais e revistas, científicas ou não, ficam vulneráveis e parceiras.

É fundamental que tenhamos diretrizes mais claras, mais objetivas sobre como atuar nessas questões. Como proceder em cada uma dessas especificidades. No caso da pós-graduação, os

indicadores de qualidade e produtividade não podem prevalecer sobre ações desonestas. Os alunos com trabalhos de final de disciplina ou com monografia copiada devem ser desligados imediatamente do curso de pós-graduação. A CAPES deve considerar como atitude positiva do programa uma ação nesta direção. Usando a expressão da moda - tolerância zero.

O plágio nos artigos deve ser imediatamente notificado ao grupo de autoria e as medidas frente ao autor do plágio devem ser tomadas, obviamente garantindo o direito ao contraditório.

As melhores e mais importantes instituições de pesquisa e ensino no Brasil não podem acobertar esses procedimentos. As revistas científicas devem agir com cautela, pois editores são corresponsáveis pelo conhecimento que se publica.

Publicação científica se debate e se faz em conjunto com as políticas de pesquisa e ensino. Critérios éticos inequívocos devem fundamentá-las para não perdermos o controle e ficarmos à mercê dos fatos negativos da sociedade globalizada.

Esta carta é uma tentativa de ampliar a reflexão e discussão no campo científico, tão oportuna e necessária nos tempos atuais.

Atenciosamente,

Andre L. Gemal
Professor titular, UFRJ